

Tribuna A crise e o ensino

A educação, o país, o futuro

Nos seus 35 anos de democracia, Portugal venceu o desafio da democratização do acesso à educação e aproximou-se dos níveis de qualificação europeus. Ainda que muitas das promessas da escola pública tenham sido apenas parcialmente cumpridas e que o acréscimo das qualificações não tenha sempre vindo acompanhado de maior justiça social e de crescimento, a verdade é que a educação está no centro do aprofundamento da democracia e da possibilidade do desenvolvimento.

As perspectivas com que se confronta hoje o campo educativo são, contudo, desoladoras. A situação das finanças públicas reclama um conhecimento e avaliação exigentes de todos os compromissos públicos, identificando despesa desnecessária, supérflua e geradora de injustiças sociais e distinguindo-a da que é indispensável, que colmata problemas sociais graves e qualifica o país. Por isso mesmo, a fragilização da educação não pode ser o objectivo de uma política que enfrente as dificuldades e o défice económico e social do país. A escola pública de qualidade e a promoção da investigação científica são uma parte fundamental da solução e não uma parte do problema.

O corte de 864 milhões de euros em 2012 na educação e ciência atira Portugal para a retaguarda da União Europeia em matéria de investimento no ensino. Em 2010, as despesas do Estado com a educação representavam 5% do PIB; passarão agora a apenas 3,8%. Na UE, a média é de 5,5% e na Eslováquia, que estava no final do tabela, rondava os 4%.

Esta escolha terá um efeito devastador nas escolas, e, portanto, sobre as crianças e os jovens que construirão o futuro do país. Se esta política for avante, as escolas e as universidades perderão milhares de professores necessários, muitos recursos fundamentais e assistiremos inevitavelmente à degradação das condições de aprendizagem, com o aumento do número de alunos por turma e o término de algumas experiências fundamentais de combate ao insucesso escolar. A situação das finanças públicas não pode, portanto, servir de argumento para deteriorar a vida nas escolas, precarizar as relações de trabalho e hipotecar o futuro da educação.

Os défices da escola pública não se resolvem, tampouco, com a dualização do sistema educativo nem com a estratificação das vias escolares, abandonando o mandato democrático que estabelece que a escola deve garantir a igualdade, em lugar de promover a desigualdade como programa de política educativa.

O discurso segundo o qual estamos perante um abaixamento generalizado das competências e que isso exige como resposta que a escola volte "aos conhecimentos básicos" não se fundamenta em nenhum diagnóstico comprovado nem na apresentação de qualquer dado objectivo. Sem base na realidade, o seu efeito é, pelo contrário, expurgar tudo o que na educação escolar possa ter uma relação com a vida quotidiana, com o mundo da vida dos jovens, com as capacidades, competências e conhecimentos ligados à cidadania, à promoção do pensamento crítico, da participação ou da curiosidade científica.

No Ensino Superior há uma séria limitação da actividade das

instituições, rompendo-se metas estabelecidas e compromissos assumidos e agravando-se as condições de desigualdade no acesso e na frequência, seja através da pressão para o encarecimento da formação como forma de recolher receitas próprias, seja na diminuição das verbas disponíveis para a acção social escolar, seja na incapacidade de entender as qualificações produzidas como o principal recurso para um outro modelo económico. A limitação do investimento na investigação anuncia a prazo o fim das redes de produção de conhecimento científico que constituem um dos mais preciosos recursos que o país criou nas últimas décadas. Desperdiçar esse investimento e qualificação é eliminar uma das melhores possibilidades de reconstrução promissora do futuro do país.

O nosso país confronta-se hoje com um cenário em que se propõe à escola pública e ao ensino superior que recue décadas, quer na definição do seu papel, quer nas suas formas de organização, quer nas modalidades pedagógicas a que recorre. Pelo contrário, precisamos, em particular em contexto de crise, de um sistema educativo que seja mais democrático, mais respeitador da diversidade e mais promotor da igualdade.

A afirmação do conhecimento, da cultura e da cidadania obrigam-nos, enquanto agentes da educação e da ciência, a utilizar todas as nossas energias contra o esvaziamento do papel do Estado na educação, o desmantelamento de políticas de combate às desigualdades escolares e contra uma reestruturação curricular cujo sentido seja a recuperação de uma escola conservadora contra a complexidade e a abertura que a sociedade de hoje exige.

Ana Benavente (investigadora, ex-secret. Estado Educação,); **Ana Cláudia Pimenta** (Ass. Acad. Univ. Évora); **Ana Costa** (investig. ISCTE-IUL); **Ana Drago** (deputada Com. Educação da AR); **Adriana Bebiano** (investig., prof. FLUC); **Almerindo Janela Afonso** (investig., prof. U. Minho); **António Avelãs** (presidente SPGL); **André Moreira** (presid. AE Esc. Secund. Paredes); **António Teodoro** (investig., prof. Univ. Lusófona); **Arsélio Martins** (Prémio Nacional de Professor 2007); **Carlos Fortuna** (investig., prof. FEUC); **Conceição Nogueira** (prof. Univ. Minho); **Eduardo Melo** (presid. Ass. Acad. de Coimbra); **Eliana Tavares** (AE ICBAS); **Fátima Antunes** (investig., prof. U. Minho); **Fernando Rosas** (investig., prof. FCSH - UNL); **João Luís Queirós** (trab-est, ESE, ABIC); **João Mineiro** (AE do ISCTE-IUL); **João Teixeira Lopes** (sociólogo); **Jorge Martins** (investigador; ex-director regional educação Norte); **Jorge Sequeiros** (prof. ICBAS; investig. IBMC); **José Alberto Correia** (prof., director FPCEUP); **José Moreira** (vice-presidente do SneSup); **José Soeiro** (sociólogo, bolseiro investigação); **Licínio Lima** (investig., prof. U. Minho); **Luíza Cortesão** (directora Inst. Paulo Freire); **Manuel Carlos Silva** (prof. U. Minho, presidente APS); **Manuel Grilo** (prof., dirigente SPGL); **Manuel Jacinto Sarmento** (investig., prof. U. Minho); **Manuela Mendonça** (presidente SPN); **Marco Loureiro** (presid. Ass. Acad. Guarda); **Maria José Araújo** (animadora); **Maria José Viseu** (presid. Conf. Nacional Independente Pais e Encarregados de Educ.); **Maria José Vitorino** (prof., bibliotecária); **Maria do Rosário Gama** (ex-directora Esc. Sec. Infanta D. Maria); **Mário Nogueira** (secretário-geral Fenprof); **Marlene Espírito Santo** (presidente AE da ES Enfermagem Lisboa); **Miguel Reis** (prof., Movimento Prof. Contratados); **Nuno Serra** (doutorando FEUC); **Paulo Guinote** (prof., blog educação do meu umbigo); **Paulo Peixoto** (investig., ex-presid. SNESup); **Pedro Oliveira** (prof. ICBAS, dirigente SPN); **Ricardo Silva** (APEDE, Ass. Prof e Educadores em Defesa do Ensino); **Rodrigo Pereira** (AE ES Teatro e Cinema IPL); **Rosa Madeira** (investig., prof. Univ. Aveiro); **Rui Bebiano** (investig., prof. FLUC); **Rui Borges** (investigador FCUL); **Rui d'Espinay** (Instituto Comunidades Educativas); **Rui Trindade** (investig., prof. FPCEUP); **Samuel Niza** (investigador Inst. Sup. Técnico); **Sérgio Niza** (Movimento Escola Moderna)